

Orçamentos da União estão no Congresso

* 1 SET 1989

O GLOBO

Foto de Luiz Antônio

BRASÍLIA — Depois de acertos políticos, o Executivo encaminhou ao Congresso, ontem, projeto de lei com as versões simplificadas dos Orçamentos Fiscal, de Seguridade Social e de Investimentos para o próximo ano. Pela primeira vez, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), não há déficit orçamentário, sendo as despesas fixadas no mesmo nível da receita estimada. Somente o Orçamento Fiscal atinge NCZ\$ 233,9 bilhões, a preços de maio. Os gastos com pessoal e encargos pessoais vão consumir NCZ\$ 24,6 bilhões, o que representa cerca de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

O Orçamento de Seguridade Social alcança NCZ\$ 53,8 bilhões. Para cobrir os gastos com pensionistas da União e com o pagamento de pessoal do Iapas, INPS, Legião Brasileira de Assistência e administração direta dos Ministérios da Saúde, Previdência e do Interior, o Tesouro vai transferir cerca de NCZ\$ 5,4 bilhões para o Orçamento de Seguridade. O Ministério do Planejamento resistiu inicialmente à transferência, mas a proposta da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Câmara acabou saindo vitoriosa.

O Orçamento de Investimentos, igualmente a preços de maio, chega à marca de NCZ\$ 16,3 bilhões, o equivalente a cerca de 3,5% do PIB. Os três Orçamentos estão com todas as despesas vinculadas a fontes de receitas específicas, que serão expostas em detalhes no pacote completo que será enviado ao Congresso até o fim de setembro, de acordo com o Secretário de Orçamento e Finanças, Pedro Parente.

Cada medida do pacote fiscal tem despesas específicas. Se o Congresso não aprová-las, não haverá liberação de recursos — avisa Pedro Parente.

O Congresso receberá Orçamentos apertados. O relator da LDO e Vice-Presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, Deputado José Serra (PSDB-SP), introduziu mecanismos que restringem a rolagem



José Serra, da Comissão de Orçamento do Congresso, à esquerda, com o Líder do Governo Luiz Roberto Ponte

de títulos públicos. O Tesouro somente poderá emitir títulos da dívida pública para rolagem da dívida mobiliária, pagamento da dívida externa das empresas estatais com aval da União e 10% da receita tributária líquida (sem transferências constitucionais) para investimentos prioritários.

No Orçamento Fiscal, a rolagem (refinanciamento) do principal da dívida mobiliária chega a NCZ\$ 160,5 bilhões. Mas Pedro Parente explicou que o Tesouro não vai colocar todo esse valor em títulos novos no mer-

cado financeiro. Segundo ele, a rolagem não tem impacto nenhum em termos de déficit público porque é feito um giro diário da dívida pública pelo Banco Central. Além disso, 50% da dívida estão na própria carteira do Banco Central. O Secretário de Orçamento e Finanças ressaltou que, no próximo ano, o Tesouro vai pagar o equivalente a NCZ\$ 3 bilhões a mais em relação à colocação de títulos. Os encargos totais da dívida, previstos nos Orçamentos Fiscal e de Seguridade, chegam a NCZ\$ 18,1 bilhões, ao lado de NCZ\$ 163,7 bilhões de amortizações.

Todos os Orçamentos foram montados com preços de maio. Ao fim de dezembro, os valores serão atualizados pela inflação e indexados. A Secretaria de Orçamento e Finanças ainda estuda métodos de indexação do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social. De qualquer forma, haverá indexação diferenciada. Alguns itens não serão corrigidos totalmente pela inflação. Técnicos da Seplan, por exemplo, defendem a utilização parcial do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ou da variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

AGROPECUÁRIA VAI PAGAR MAIS IMPOSTO

Tributação muda para elevar receita

Eis as mudanças tributárias, com aumento de impostos, para fechar os Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social e o ganho adicional de receita que elas proporcionarão, a preços de maio:

1 — Redução dos incentivos fiscais do Imposto de Renda, exceto os da Sudam e Sudene e os com direitos legalmente adquiridos — NCZ\$ 950 milhões

2 — Aumento da tributação dos fundos de curto prazo — NCZ\$ 700 milhões. A proposta da Secretaria da Receita Federal é dobrar as alíquotas atuais. Assim, os fundos de curto prazo deverão ser taxados, a partir de 1 de janeiro de 1990, com alíquotas de 10% (ao portador) e 5% (nominativo) sobre o ganho bruto

3 — Elevação do Imposto de Renda para as atividades agropecuárias — NCZ\$ 150 milhões

4 — As mais de 1 milhão de microempresas existentes atualmente perderão seus privilégios fiscais — NCZ\$ 950 milhões. Elas vão recolher Imposto de Renda, com uma alíquota de 25%, sobre 3,5% da receita

5 — Redução dos incentivos fiscais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) — NCZ\$ 430 milhões

6 — Cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), com alíquota de 1%, sobre transações realizadas em Bolsas — NCZ\$ 360 milhões

7 — Tributação sobre grandes fortunas — NCZ\$ 800 milhões

8 — A Secretaria da Receita Federal vai cobrar o Imposto Territorial Rural (ITR), atualmente tarefa do Incra — NCZ\$ 250 milhões

9 — Tributação seletiva do Imposto sobre Importação — NCZ\$ 406 milhões

10 — Aumento das alíquotas da contribuição social sobre o lucro líquido das empresas — NCZ\$ 250 milhões

11 — Elevação da alíquota do Finsocial de 1% para 1,2% — NCZ\$ 990 milhões

12 — Mudança na taxa do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) — NCZ\$ 700 milhões.